

**GRAMSCI E A CONSTRUÇÃO/ATIVAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL
CONTEMPORÂNEA¹**Telma Cristiane Sasso de Lima²**Resumo**

Qual o papel dos indivíduos na construção do(s) sujeito(s) histórico(s) que podem compor um programa popular dedicado à instauração de uma nova hegemonia/vontade coletiva? Através dessa indagação problematizamos o atual processo político brasileiro cuja efervescência remonta, desde 2013, a protestos de diferentes matizes ideológicos, pautas e repertórios. Exploramos o argumento gramsciano de que, para catalisar o processo de construção de uma mentalidade dirigente nas classes subalternas, é necessário considerar o protagonismo político de indivíduos e coletivos organizados e ativos coletivamente na sociedade civil cujas interações, essencialmente democráticas, tensionam, disputam e pressupõem antagonismos político-ideológicos. Esperamos adensar reflexões em prol do trabalho político de base que, em longo prazo e processualmente, fermenta o "indivíduo" e a sociedade de "tipo novo".

Palavras-chave: Gramsci. Engajamento Político. Sociedade Civil.

GRAMSCI AND THE MAKING/ACTIVATION OF CONTEMPORARY CIVIL SOCIETY**Abstract**

What is the role of individuals in the construction of the historical subject(s) who can come up with a popular program dedicated to the establishment of a new hegemony/collective willingness? Through this research, we went into the current Brazilian political turmoil, which began in 2013. It is made up of protesters with a plenty of different ideological approaches, agendas and political repertoires. In order to analyze it, we've explored the Gramscian stand point that, in order to catalyze the process of building a leading mentality amongst subordinate classes is necessary to highlight the political role of individuals organized and collectively active in civil society whose interactions, essentially democratic, challenge, dispute and presuppose political and ideological antagonisms. We hope to deepen reflections in order to enhance grassroots political work that, in the long term and gradually, will put forward the "individual" and the "new kind" of society.

Keywords: Gramsci. Political Engagement. Civil Society.

GRAMSCI E LA COSTRUZIONE / ATTIVAZIONE DELLA SOCIETÀ CIVILE CONTEMPORANEA**Riassunto**

Qual è il ruolo degli individui nella costruzione dei soggetti storici che possono comporre un programma popolare dedicato alla creazione di una nuova egemonia/volontà collettiva? Attraverso questa indagine, problematizziamo l'attuale processo politico brasiliano, la cui effervescenza risale, dal 2013, alle proteste di diverse sfumature, ordini del giorno e repertori ideologici. Esploriamo l'argomentazione di Gramsci secondo cui, al fine di catalizzare il processo di costruzione di una mentalità dei dirigenti nelle classi subalterne, è necessario considerare il ruolo politico degli individui e organizzati collettivamente e attivi nella società civile le cui interazioni, essenzialmente democratiche, tensionano, contestano e presuppongono antagonismi politico-ideologico. Speriamo di approfondire le riflessioni a favore del lavoro politico di base che, a lungo termine e proceduralmente, stimole lo sviluppo dell'individuo e della società di "nuovo tipo".

Parole-chiavi: Gramsci. Attivismo Politico. Società Civile.

¹ Artigo recebido em 05/08/2020. Avaliação em 18/09/2020. Aprovado em 12/10/2020. Publicado em 22/12/2020.

² Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal de Santa Catarina (USFC). Professora Adjunta da Faculdade de Serviço Social na Universidade Federal de Alagoas (UFAL). Membro do Grupo de Pesquisa e Extensão Políticas Públicas, Controle Social e Movimentos Sociais (UFAL). E-mail: telma.lima@fssso.ufal.br

Introdução

Em 2020, a pandemia mundial de COVID-19 agravou ainda mais a conjuntura sociopolítica brasileira. Herdeiros históricos de uma sociedade colonialista, escravocrata e elitista, as instituições brasileiras ainda padecem de refinamento liberal quanto mais pautar projetos humanísticos igualitários de transformação sociocultural radical. O imaginário social e a rotina institucional pouco encarnam os valores político-culturais modernos que o capitalismo forjou e institucionalizou conceitual e praticamente em séculos de lutas ídeo-culturais e guerras econômico-territoriais. Aparentemente, desejamos seguir as bases do Brasil Colonial.

O século XXI coloca o Brasil a prova e, em escala mundial, a bonança experimentada, na primeira década, como país capaz de gerar protagonismo político e resistência redistributiva (ainda que limitada) em alguns dos pactos econômicos impostos por grandes potências ocidentais e orientais arrefeceu com a eleição de 2018 que alçou ao poder uma chapa que combinou o baixo clero político brasileiro e oficiais da reserva militar com protótipos fundamentalistas comportamentais e religiosos que flertam diuturnamente com o fascismo.

As omissões governamentais no enfrentamento dos efeitos da pandemia demonstram em dados de diferentes ordens a incapacidade da dita “extrema direita” que, associada ao neoliberalismo, tem em construir ações de Estado em atenção à massa populacional do Brasil real. No entanto, o atual governo federal tem sido bastante eficiente e propositivo na erosão institucional e democrática a partir da distribuição de cargos e comandos desconectados de avanços científicos e civilizatórios obtidos desde a inscrição pública do reconhecimento e da proteção de direitos humanos e da diversidade, bem como tem tido êxito na ativação da sociedade civil proto-burguesa brasileira (classe média) que lhe tem dado sustentação em protestos com clara intenção miliciana.

Essa sociedade civil ativa é composta por empresários de diferentes ramos da economia de serviços que ascenderam graças a sonegação fiscal, exploração e violação de direitos trabalhistas e pelo acesso às políticas de protecionismo e de financiamento via Banco Nacional de Desenvolvimento Social, bem como pelos monopólios da mídia tradicional burguesa e pela sempre presente exploração de conglomerados internacionais que oneram o país de suas reservas naturais e

intelectuais. O neocolonialismo estadunidense e o deslumbre com discursos falaciosos capilarizam-se simbolicamente com êxito na vida cotidiana, especialmente (mas não só), através da ação religiosa das igrejas neopentecostais que arregimenta intelectuais orgânicos cujo trabalho técnico-profissional (nas escolas/universidade, serviços de saúde e de assistência social, comércio urbano etc.) materializam o conservadorismo racista, machista, lgbtfóbico, misógino e elitista.

Neste artigo, destacamos algumas das preocupações de Gramsci cunhadas, em meados do século XX, sobre a organização política das massas e o trabalho ideocultural necessário para fomentar o pensamento crítico e as ações revolucionárias desde as pequenas trincheiras da vida cotidiana. Salientamos alguns de seus pontos de estudo que iluminam caminhos sobre o engajamento intelectual dos indivíduos ao longo de processos moleculares que, na contemporaneidade, podem ativar a sociedade civil em torno de ações e projetos coletivos para que as classes subalternas possam pensar e agir hegemonicamente a partir de necessidades concretas e substantivas, gerando novas sociabilidades sob usufruto real da igualdade e da justiça, bem como no exercício do poder econômico e político.

Tratamos da construção de uma humanidade de “tipo novo”, revolucionária: capaz de incorporar os ganhos civilizatórios e científicos modernos para superar às contradições capitalistas. Na esteira de Gramsci, significa disposição para agir com constância, perseverança e unidade na construção de redes ativas e críticas na sociedade civil, ou seja, assumir a política como expressão cotidiana das nossas decisões públicas e privadas, compreendendo e trabalhando em projetos de Nação que não admitam qualquer tipo de desigualdade e de discriminação desde o exercício técnico-profissional que temos nas instituições/serviços até o diálogo cultural sobre crenças e espiritualidade. O trabalho é árduo e demanda empenhos coletivos e escolhas concretas no arsenal de experiências e resistências populares, problematizando-as criticamente para fortalecer trincheiras existentes e também para criar novas de modo a sustentar às diferentes frentes de lutas. Contemporaneamente, requer-nos o enfrentamento do individualismo.

A ação política coletiva, por sua vez, porta as condições subjetivas motivadoras do engajamento individual na realização (ou não) de mediações políticas transformadoras de suas necessidades imediatas e revoltas reivindicativas particularistas em identidade de classe e ações concretas e humanisticamente

unificadas por uma nova hegemonia: “[...] que se lute para destruir um conformismo autoritário, tornado retrógrado e embaraçoso, e se chegue ao homem-coletivo através de uma fase de desenvolvimento da individualidade e da personalidade crítica” (GRAMSCI, 2016, p. 293). A análise crítica dos acontecimentos atuais exige-nos um exercício de “tradução” intelectual dos fatos, contribuindo com as classes subalternas em suas lutas a partir de seu potencial criador e de resistência. Compreendemos a produção intelectual:

[...] no sentido de pensamento que modifica a maneira de sentir do maior número e, em consequência, da própria realidade, que não pode ser pensada sem a presença deste “maior numero”. *Criador*, também, no sentido em que ensina como não existe uma “realidade” em si mesma, em si e para si, mas em relação histórica com os homens que a modificam [...] (GRAMSCI, 1999, p. 203).

Qual o papel dos indivíduos na construção do(s) sujeito(s) histórico(s) que podem compor um programa popular dedicado à instauração de uma nova hegemonia? Através dessa indagação incursionamos em parte dos escritos gramscianos e também de outros autores que os estudam para, então, problematizarmos o atual processo político brasileiro cuja efervescência remonta, desde 2013, aos protestos em seus diferentes matizes ideológicos, pautas e repertórios.

Indivíduo, sujeito coletivo e engajamento crítico-político das massas na filosofia da práxis gramsciana

A perspectiva gramsciana considera que, através do agir revolucionário, os indivíduos, como sujeitos políticos, condensam e dão fluidez a uma organização política unificadora das vontades singulares cuja formação e organização política ocorre no curso do processo histórico pelo acesso e uso de recursos intelectuais e técnicos aos quais têm acesso para que, assim, consigam se expressar como bloco histórico, materializando uma nova vontade coletiva/hegemonia. Logo, a partir do século XX, a ação política na sociedade – ainda que transpassada pelos determinantes econômico-culturais – é elemento propulsor do desenvolvimento crítico da consciência humana/subjetividades. Indivíduo e coletivo, no marxismo gramsciano, constituem unidade indissociável cuja síntese desagua na formação do bloco histórico:

Se a relação entre intelectuais e povo-nação, entre dirigentes e dirigidos, entre governantes e governados, é dada graças a uma adesão orgânica, na qual o sentimento-paixão torna-se compreensão e, desta forma, saber (não de uma maneira mecânica, mas vivida), só então a relação é de representação, ocorrendo a troca de elementos individuais entre governantes e governados, entre dirigentes e dirigidos, isto é, realiza-se a vida do conjunto, a única que é força social; [por que] cria-se o “bloco histórico [...]” (GRAMSCI, 2000, p. 222).

“Indivíduo” não é realidade autônoma e completa em si mesma porque a individualidade se constitui tanto pela maneira “como ‘é’”, quanto pela que “pode ‘vir a ser’”:

[...] o homem como uma série de relações ativas (um processo), no qual, se a individualidade tem a máxima importância, não é todavia o único elemento a ser considerado. A humanidade que se reflete em cada individualidade é composta de diversos elementos: 1) o indivíduo; 2) os outros homens; 3) a natureza (GRAMSCI, 2011, p. 154).

O “sujeito político”, portador de vontades universais/coletivas, forma-se quando já adquiriu condições para se tornar dirigente ao ultrapassar o espontaneísmo porque conseguiu firmar uma nova direção crítica e consciente como “homem-coletivo” que busca superar a relação governantes/governados. Esse tipo de sujeito coletivo expressa a energia da classe social que se tornou dirigente intelectual-moral (dos diferentes grupos da sociedade civil) e dominante (na esfera econômica e na sociedade política) porque hegemoniza toda a sociedade, penetrando em todos os seus poros com uma nova ética: plenamente comprometida com a instauração de uma nova sociedade (GRAMSCI, 2016; 2011; 1999).

A hegemonia gramsciana refere-se ao momento no qual o grupo social torna-se dirigente, habilitando-se ao exercício do poder e sendo capaz de promover consentimentos ativos nas massas. Exercer o domínio do poder político de maneira conexa às funções de direção intelectual e moral das classes subalternas exige-nos entender que “pode e deve haver uma atividade hegemônica mesmo antes da ida ao poder e que não se deve contar apenas com a força material que o poder confere para exercer uma direção eficaz” (GRAMSCI, 2011, p. 290). A tomada do poder não é dada a priori e exercer domínio não significa dominação/subjugação.

Através da práxis, a humanidade compreende as formas de expressão externa das suas subjetividades de modo a ser capaz de superar dicotomias que teimam em cindir o mundo das ideias e a realidade objetiva, a base e a superestrutura. Na filosofia da práxis gramsciana, a realidade é construto histórico: humanismo que explica a estrutura a partir das relações sociais que movimentam pessoas reais, gerando um

tipo novo de concepção subjetiva da realidade (ídeo-cultural) que também deve agir coerente e simultaneamente sobre as condições objetivas da estrutura socioeconômica (GRAMSCI, 2016; 2011; 1999). Logo, uma concepção de mundo hegemônica é ideologia das massas porque engaja os indivíduos no vasto terreno da política, ao mesmo tempo em que ativa sua consciência e sua coparticipação nas lutas de uma época. Hegemonia é, também, um processo educativo e abarca o terreno da cultura, formando novas e inegociáveis concepções de mundo, costumes, hábitos e valores que serão interiorizados pelos indivíduos (GRAMSCI, 2011).

Esse tipo de hegemonia emana de um longo processo de ação na realidade com capacidade gradual e permanente que não se restringe meramente ao controle do **aparato repressivo de Estado/sociedade** política porque “ter domínio de/sobre algo” implica relações e pactos complexos no âmbito da disputa pelo controle dos **aparelhos privados de hegemonia** (por exemplo: os partidos, o sistema educacional, as instituições religiosas, as associações e meios de comunicação, etc.). A filosofia da práxis dedica-se, nesses aparelhos, à capilarização de novos princípios ético-coletivos através do exercício do consenso ativo e transformador obtido pela participação direta dos indivíduos “ainda que isso provoque a impressão de desagregação e de tumulto” (GRAMSCI, 2016).

Essas categorias remetem ao processo da ação revolucionária e ajuda-nos a problematizar os desafios atuais na organização política das classes subalternas, sobretudo, porque “por definição, não são unificadas e não podem se unificar enquanto não puderem se tornar Estado” (GRAMSCI, 2011, p. 273). Para estudá-las, precisamos nos dedicar a compreender:

[...] 1) a formação objetiva dos grupos sociais subalternos, através do desenvolvimento e das transformações que se verificam no mundo da produção econômica, assim como sua difusão quantitativa e sua origem a partir de grupos sociais preexistentes, cuja mentalidade, ideologias e fins conservam por um certo tempo; 2) sua adesão ativa ou passiva às formações políticas dominantes, as tentativas de influir sobre os programas dessas formações para impor reivindicações próprias e as consequências que tais tentativas têm na determinação de processos de decomposição e de renovação ou de nova formação; 3) o nascimento de novos partidos dos grupos dominantes para manter o consenso e o controle dos grupos sociais subalternos; 4) as formações próprias dos grupos subalternos para reivindicações de caráter restrito e parcial; 5) as novas formações que afirmam a autonomia dos grupos subalternos, mas nos velhos quadros; 6) as formações que afirmam a autonomia integral etc. (GRAMSCI, 2011, p. 273).

O Estado, sob o prisma gramsciano, resulta da:

[...] composição de elementos políticos e sociais; da força das instituições e da liberdade dos organismos privados; da inter-relação entre estrutura e

superestrutura; da compenetração do aparelho estatal com a sociedade civil organizada [porque] 'o Estado é todo o conjunto de atividades teóricas e práticas com as quais a classe dirigente justifica e mantém não somente sua dominação, mas também consegue obter o consenso ativo dos governados' (SEMERARO, 1999, p. 75).

O Estado Ético refere-se à comunidade de cidadãos livres na qual os indivíduos já se sentem e agem como Estado porque compõem uma sociedade civil amadurecida que, pela capacidade de autorregulação, se fortalece continua e consensualmente, diminuindo seus elementos de coerção (COUTINHO, 1999). Pelo protagonismo político de indivíduos ativos e organizados na sociedade civil que o **Partido** adquire vida, sendo lócus de formação e aglutinação ético-política. Nesse tipo de partido, os indivíduos interagem e desenvolvem “mentalidades dirigentes” pelas quais a “vontade de mudar o mundo” os impulsiona, pois a revolução só pode existir quando aprendemos com as experiências pregressas (GRAMSCI, 2015). Logo, a espontaneidade da subjetividade livre e criativa dos indivíduos unifica-se à coletividade consciente e crítica compondo um projeto societário novo.

Como ato positivo na sociedade civil, a liberdade confere ao indivíduo capacidade de se expressar, de se responsabilizar e de reconhecer sua capacidade ativa para se autodeterminar, mesmo quando imerso em contextos alienantes (SEMERARO, 1999). A “subjetividade histórica de um grupo social” como ato prático permite nossa insurgência hegemônica, pois nossa práxis operante na história é expressão material e simbólica do “bom senso”, pois

[...] é possível prever “cientificamente” apenas a luta, mas não os momentos concretos delas, que não podem deixar de ser resultados de forças contrastantes em contínuo movimento, sempre irreduzíveis a quantidades fixas, já que nelas a quantidade transforma-se continuamente em qualidade. Na realidade, pode-se “prever” na medida em que se atua, em que se aplica um esforço voluntário e, desta forma, contribui-se concretamente para criar o resultado “previsto”. A previsão revela-se, portanto, não como um ato científico de conhecimento, mas como a expressão abstrata do esforço que se faz, o modo prático de criar uma vontade coletiva (GRAMSCI, 1999, p. 121-122).

Seguimos diante do desafio da formação do “homem do povo”: aquele que ainda não consegue se opor ao que o subjuga, mas também não adere subservientemente às ideias cristalizadas no senso comum burguês. Portanto, agir para “criar uma nova cultura” envolve socializar permanentemente os conhecimentos e as experiências adquiridas, transformando os saberes desordenados e caóticos (senso comum) em “elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral” que alimentem atitudes transgressoras nos sujeitos coletivos, catalisando-as em crítica efetiva que une a

capacidade de discernir àquela de fazer escolhas concretas e de construir uma nova hegemonia (GRAMSCI, 1999, p. 96).

Esse trabalho requer à formação de novos intelectuais e de processos políticos formativos geradores de catarse³ através dos quais, e em movimento permanente de aprendizado, os subalternos podem estabelecer as correlações substantivas entre a experiência vivida e a interpretada. Os processos políticos formadores ultrapassam a educação escolar porque o exercício do “pensar” e do “agir” crítico em sociedade cabe a todos/as, sem distinção:

A filosofia da práxis não busca manter os “simples” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário, conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simples não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível superior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral que torna politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos de intelectuais (GRAMSCI, 1999, p. 103).

Significa apreendermos a decodificar continuamente o real; dominar os aspectos mais refinados de dado sistema hegemônico e nos diferenciarmos dos valores e posturas preconizados pela ideologia capitalista (GRAMSCI, 1999). Para tanto, é necessário explorarmos as formas contemporâneas de ativação na sociedade civil com base nos atuais instrumentos de mobilização política das massas, particularmente das classes subalternas, para que possamos agir sempre sob bases científicas e racionais sem pretender

[...] resolver pacificamente as contradições existentes na história e na sociedade [...] [porque a filosofia da práxis] é a expressão das classes subalternas que querem educar a si mesmas na arte de governo e que tem interesse em conhecer todas as verdades, inclusive as desagradáveis, e em evitar os enganos (impossíveis) da classe superior e, ainda mais, de si mesmas (GRAMSCI, 1999, p. 388).

A elevação cultural é processo contínuo porque nas massas populares cada:

[...] seguidor deve discutir e sustentar o próprio ponto de vista em discussões com adversários capazes e inteligentes, e não apenas com pessoas rústicas e despreparadas, que se convençam por “autoridade” ou por via “emocional”. A possibilidade do erro deve ser afirmada e justificada, sem com isso abandonar a própria concepção, já que o importante [...] [é] o conjunto de opiniões que se tornaram coletivas, um elemento e uma força social [...] (GRAMSCI, 1999, pp. 124).

³ “[...] passagem do momento meramente econômico (ou egoístico-passional) ao momento ético-político, isto é, a elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens”, constitui o processo da passagem da consciência corporativa e particularista da “classe em si” para a consciência universal da “classe para si” (GRAMSCI, 1999, p. 53).

Trata-se de materializar um drástico, inegociável, gradual e ininterrupto movimento cultural substituidor “do senso comum e das velhas concepções de mundo em geral”. Substituição a ser catalisada quando as organizações culturais, líderes da massa e profissionais liberais mergulharem de fato na vida real dos “simples”, socializando o conhecimento racional e historicamente organizado por gerações, de modo a:

1) não se cansar jamais de repetir os próprios argumentos (variando literariamente sua forma): a repetição é o meio didático mais eficaz para agir sobre a mentalidade popular; 2) trabalhar de modo incessante para elevar intelectualmente camadas populares cada vez mais vastas, isto é, para dar personalidade ao amorfo elemento de massa, o que significa trabalhar na criação de elites intelectuais de novo tipo, que surjam diretamente da massa e que permaneçam em contato com ela (GRAMSCI, 1999, p.110).

Logo, todo ato humano protagonista e transformador é composto por elementos teórico-práticos que efetivam nossas tomadas de decisões cotidianas porque

[...] não se pode separar a filosofia da política; ao contrário, pode-se demonstrar que a escolha e a crítica de uma concepção de mundo são, também elas, fatos políticos [...] Deve-se, portanto, explicar como ocorre que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia, como nascem, como se difundem, por que nessa difusão seguem certas linhas de separação e certas direções etc. Isto mostra como é necessário sistematizar crítica e coerentemente as próprias intuições do mundo e da vida [...] Mas esta elaboração deve ser feita, e somente pode ser feita, no quadro da história da filosofia, que mostra qual foi a elaboração que o pensamento sofreu no curso dos séculos e qual foi o esforço coletivo necessário para que existisse nosso atual modo de pensar, que resume e compendia toda essa história passada, mesmo em seus erros e em seus delírios, os quais, de resto, não obstante terem sido cometidos no passado e terem sido corrigidos, podem ainda se reproduzir no presente e exigir novamente sua correção (GRAMSCI, 1999, pp. 97-8).

Para que exista concretamente esse **processo de educação popular** necessitamos obter as ferramentas de compreensão e crítica ao capitalismo em dois eixos fundamentais: 1) perspectiva epistemológica: adoção de um método de conhecimento racional que revele a essência do capitalismo, interpretando-a na ótica dos trabalhadores; 2) realidade dialética como movimento de contradições, sempre inacabado e aberto a um devir diferente, que inclui o indivíduo e sua subjetividade, os grupos e suas demandas econômico-corporativas num movimento de transformação radical ao forjar a “vontade coletiva nacional-popular” (GRAMSCI, 1999). Fomentar molecularmente um movimento cultural substituidor requer inscrevê-lo como tarefa das organizações culturais, dos líderes da massa e dos profissionais, dentre outros, para proporcionar ao “indivíduo com personalidade, habilidades e capacidades” para:

1) adquirir as primeiras noções 'instrumentais' da instrução (ler, escrever, fazer contas, geografia, história); 2) desenvolver as partes relativas aos 'direitos e deveres'; 3) chegar à prática de uma certa autonomia, iniciativa e à maturidade intelectual (estudar, pensar, dirigir); 4) compreender a atualidade como síntese do passado (concepção histórico-dialética do mundo); 5) fazer uma escolha profissional; 6) pensar de modo claro, seguro e pessoal; 7) possuir uma consciência moral e social sólida e homogênea (JESUS, 2005, p. 80).

Capacidades que os alçariam à condição de intelectuais orgânicos da classe subalterna ao organizar, dirigir e educar a si mesmos e aos demais nos modos da produção, da cultura, da política e da administração. Ao nos habilitarmos individualmente a sermos autores e difusores de ideologias, tornamo-nos intelectuais, pois contribuímos na elaboração de nexos àquilo que se encontra difuso e disperso no "senso comum", formando sempre mais intelectuais e expandindo essa nova cultura. Seja pelo meio que for, a cultura e as ideias são transmitidas, organizadas e traduzidas cotidianamente por intelectuais, estejam elas voltadas à transformação social ou à manutenção/legitimação do status quo, pois seu papel, intrinsecamente político, compreende que todo o conhecimento possui um efeito direto (progressivo ou regressivo) sobre a sociedade (GRAMSCI, 1999).

Apenas quando sujeitos políticos assumem a tarefa prática fundamental de fundar um partido político dos subalternos e de diferenciá-lo substantivamente de qualquer outra forma de partido experimentada, então, já é possível instaurarmos e explicarmos o processo de conquista da hegemonia porque ela já existe ativa no íntimo das nossas ações diárias. A teoria gramsciana da revolução só coincidiria com a filosofia da práxis e, somente poderia se realizar, diante da interação simultânea dos seguintes elementos: a) premissas de ordem material; b) consciência ativa da massa de trabalhadores acerca da realidade e das possibilidades revolucionárias criadas pela crise social; c) disponibilidade da massa de trabalhadores para empreender a luta revolucionária; d) presença de uma organização política que congregasse a vontade e a disponibilidade das massas numa ação de ruptura social cuja unidade seria porta voz das vontades plurais e dispersas, estabelecendo a coerência entre meios e fins (GRAMSCI, 2016).

Esse amplo campo categorial contribui à análise das formas contemporâneas de organização política dos sujeitos coletivos. Exploramos o argumento: para catalisar o processo de construção de uma mentalidade dirigente nas classes subalternas, atentamos necessariamente para o protagonismo político dos indivíduos e coletivos

organizados e ativos na sociedade civil cujas interações, essencialmente democráticas, tensionam, disputam e consideram os antagonismos político-ideológicos.

Sociedade civil brasileira e processo político formador da ação coletiva

No Brasil, nos últimos sete anos, ocorre uma intensificação das relações políticas na sociedade civil cujas expressões são observadas tanto fisicamente na ocupação de espaços públicos que ativaram diferentes repertórios organizativos de confronto⁴, quanto virtualmente por diferentes expressões do ciberativismo nas redes sociais digitais/*internet*. Ainda que tenhamos demorado a notar na superfície, desde as experiências da década de 1990 com a “guerra em rede”⁵, a *internet* tem sido essencial no planejamento coletivo das ações políticas dos subalternos seja em protestos nas ruas e/ou em engajamentos virtuais nas redes sociais.

No cenário brasileiro, as redes sociais cumpriram papel importante na articulação das demandas coletivas, antes e depois dos protestos de junho/13. Trata-se de “um fenômeno tipicamente contemporâneo, baseado na midiatização crescente da sociedade e marcado pela interseção porosa entre ruas e conexões de mídias sociais” cuja intensificação da “virtualização das interações sociais” é cada vez mais imperativa nas “rotinas de variadas instituições sociais, tais como família, política, trabalho e religião” (ALZAMORA; RODRIGUÉS, 2014, p.03). Destacamos aqui alguns dos elementos concretos⁶ do dissenso e da contradição presentes na sociedade civil brasileira impressos em diversificados e diferentes protestos na intenção de contribuir

⁴ Nos estudos da Sociologia Política relacional, **repertórios organizativos de confrontos políticos** referem-se ao conjunto histórico e limitado de performances políticas, ou seja, as maneiras disponíveis pelas quais os sujeitos (individual, grupal e/ou coletivamente) encontram, no seu tempo, recursos (materiais e simbólicos) e se apropriam para exprimir reivindicações que inscrevem publicamente suas demandas durante ciclos de conflitos concretos. Nos protestos (fase aguda) os participantes experimentam novas formas organizativas ao mesmo tempo em que as mesclam com velhas experiências participativas já inscritas em diferentes instituições e práticas sociais (ALONSO, 2017).

⁵ Sua marca foi o questionamento dos conglomerados de mídia tradicional burguesa, a produção de contrainformação e a organização de uma rede de ativistas com sujeitos e interesses múltiplos. São expoentes o Movimento Zapatista e a Batalha de Seattle (MALINI; ANTOUN, 2013).

⁶ Referimos aos dados explorados na tese doutoral defendida em 2017 que caracterizaram as ações coletivas e os elementos de força e de fraqueza existentes nos movimentos dos diferentes e divergentes coletivos brasileiros que tomaram as ruas e o ciberespaço no ciclo 2013-2016 (LIMA, 2017).

com reflexões que ajudem a desmistificar a ideia de uma sociedade *in totum* harmônica e a prospectar o trabalho político de base.

Concordamos com Alonso (2017) quanto aos três ciclos de confronto ocorridos entre 2013 e 2017 cujas performances políticas nos protestos foram construídas, retratando três ciclos de repertórios de confronto:

O **repertório socialista**, velho conhecido, reapareceu em bandeiras vermelhas, megafones, organização vertical. A apregoada “novidade” de 2013 veio do uso do **repertório autonomista**, de movimentos por justiça global, que repaginou signos e slogans anarquistas. Nele se combinam estilo de vida alternativo (anti-hierarquia de gênero, compartilhamento de espaços e objetos), organização descentralizada, deliberação por consenso e ações performáticas e diretas (tática *black bloc*), contra símbolos dos poderes financeiro e político (anticapitalismo, antiestatismo). O terceiro **repertório, o patriota**, foi menos notado em 2013, embora o nacionalismo esteja em moda mundo afora e se enraíze na tradição local. (ALONSO, 2017, pp. 49-50 – grifos nossos).

Os protestos contemporâneos portam esses elementos e os três estilos de ativismo foram acionados, “valendo-se de simplificações e combinações de elementos dos repertórios de confronto disponíveis, num jogo estratégico entre si e com as instituições políticas” (ALONSO, 2017, p. 49). Essa presença ativa nas ruas informa que: há, sim, ativistas/militantes convictos em torno de causas, por mais incoerentes que sejam entre si.

No entanto, ocorre agora o coroamento desse processo político com o fortalecimento da antipolítica no governo federal e com os impactos gerados pela pandemia COVID-19. Inferimos que as dúvidas existentes em um contingente de seguidores virtuais dos repertórios mencionados - que não saiu às ruas e se mostrava cético – foram capitalizadas pelos neoconservadores⁷ e pela ultradireita radical, ao passo que a direita considerada “moderada” e “liberal-democrática” naufragou com a erosão da sua principal legenda partidária, o PSDB.

A guinada neoconservadora e obscurantista ocorreu estimulada pelas seguintes variáveis explicativas: a) naturalização e recrudescimento do binômio violência-punição, aumentando neuroses e estigmas criminalizadores que transformaram qualquer tipo de ação coletiva popular em “caso de polícia” ou terrorismo

⁷ Nomeamos por neoconservadorismo brasileiro, toda vocalização ideológica decorrente da deterioração e da deturpação dos referenciais liberais e conservadores clássicos, mais que isso que legitimam e estimulam o obscurantismo científico e religioso. Corresponde nos termos de Gramsci as “bizarrices”: tipo de hegemonia ideológica assentada em pensamentos deteriorados não casuais que se alçam na análise da cultura nacional e resulta em elaborações pseudointelectuais sistemáticas com alcance e penetração de larga escala na mentalidade individual (GRAMSCI, 1999). Referimos ao tipo de filósofo encarnado por Olavo de Carvalho.

conspiratório; b) certo engessamento institucional e intelectual devido às dificuldades, entre os progressistas, em criar pontes de diálogos (entre manifestantes, coletivos autônomos, governos, centros universitários, etc; c) forte virtualização da democracia representativa amplificada pela imprensa dedicada apenas aos “furos de reportagem”, modelando a “opinião pública” conforme seus interesses; d) exacerbação do sentimento de “sucesso individual” suscetível à despolitização e à táticas demagógicas (SOLANO, 2014; MANSO, 2014; NOVAES, 2014); e) dispersão forçada dos coletivos populares taxados de radicais ao mesmo tempo em que se incentivou a ascensão de coletivos radicais de direita com forte cunho fascista/miliciano; f) retrocesso político em todas as esferas de governo uma vez que, passada a urgência em responder às reivindicações, houve reforço da lógica punitiva, de ações elitistas e posturas autoritárias discriminatórias sob a defesa dos “costumes cristãos e do cidadão de bem”, inscrevendo projetos de lei que retrocederam em direitos, especialmente aqueles referentes aos direitos humanos e à diversidade.

Por sua vez, os protestos dos coletivos populares autônomos e de outros grupos progressistas seguiram se esforçando para manter viva as ações experimentadas sob a nova estética narrativa do “ativismo de esquerda” dedicada a construir múltiplas lideranças orgânicas às suas bases de origem, comprometidas com o exercício da coerência necessária quando do encaminhamento público de anseios pessoais e da militância de tipo novo. Esse processo ficou em aberto porque a conjuntura os arregimentou a reagir ao protagonismo dos coletivos e partidos neoconservadores e da ultradireita radical cuja síntese é o bolsonarismo.

Em paralelo, o PT – maior sujeito coletivo atuante por demandas das classes subalternas – trabalha por restaurar a credibilidade como legenda devido à associação de algumas das suas lideranças à corrupção e do seu papel coadjuvante, quando não ausente, das ações coletivas de maior envergadura no ciclo 2013-2017. Apesar disso, Lula é uma liderança reconhecida e mobilizadora das massas populares que uniu inúmeros segmentos em ações coletivas de grande expressão cultural e popular que entraram em cena (2017-2019) pela pauta “Lula Livre”.

No entanto, no decurso do tempo, os *outsiders* tornaram-se visíveis e seguiram ao sabor do influenciamento digital de conveniência, bem como há novos coletivos populares autônomos que ainda não forjaram quadros de lideranças no sentido clássico dos movimentos trabalhistas classistas. Por outro lado, no âmbito das

manifestações neoconservadoras, há cidadãos da periferia. Aspecto que deteriora político-culturalmente setores e espaços tradicionalmente mobilizados pelas pautas da “esquerda progressista”.

No meio de um pragmatismo eleitoral, todos/os ajudaram na cacofonia legislativa que tirou das sombras os barões do PMDB (a mais fisiológica de todas as escolhas partidárias possíveis) e do DEM (minoridade legislativa que quase teve a legenda extinta que retomou à liderança da Câmara dos Deputados e do Senado Federal), mas estes não foram os únicos a se beneficiar dessa conjuntura haja vista ascensão de militares à cargos de gestão no executivo federal e o enriquecimento político e econômico de profissionais de carreira que se beneficiaram com os resultados do complexo judiciário-punivista (ex: Operação Lava Jato).

Dadas as condições capitalistas atuais, esses aspectos tornaram cíclicas às dinâmicas das mobilizações de massa que, em latência, portam certa vontade ativa da juventude e dos coletivos populares autônomos (LIMA, 2017). São eles que galvanizam as ações de resistência e de reação política desde o impeachment de Dilma Rousseff, até iniciativas de proteção social para mitigar os efeitos da pandemia COVID-19 organizadas por diferentes frentes de ação da sociedade civil e dirigidas às famílias das periferias e favelas que, em sua maioria, são chefiadas por mulheres negras.

O aumento da presença de cidadãos progressistas nas redes sociais e a mudança de posição política de alguns influenciadores digitais importantes (ex: [Felipe Neto](#)) dão pistas dos tipos de ação que precisamos para interferir nos desdobramentos da “opinião pública”: 1) boicotes organizados no consumo de marcas, de serviços e em lojas cujas práticas públicas sejam antidemocráticas, racistas e lgbtfóbicas; 2) derrubada de monumentos históricos em referência a escravagistas e racistas; 3) formação de coletivos ativistas internacionais para monitoramento de redes sociais e seus financiadores, expondo os conteúdos de ódio veiculados em diferentes plataformas (ex: campanha “[Stop Hate for Profit](#)” formada após o assassinato pela polícia de George Floyd em maio/2020) e realizando o escracho público de marcas que remuneram através de anúncios sites de *fake news* (ex: ativismo digital promovido pelo perfil de Twitter “[Sleeping Giants](#)”) etc.

As lutas de classes adentram o século XXI e se expressam com intensidade em diferentes frentes e pautas. Protestos em defesa dos Direitos: à cidade, à saúde

pública, à habitação e à alimentação dignas, à diversidade, à expressão cultural e a proteção e preservação das vidas negras e dos povos originários seguem em pleno 2020. Compreender e agir nessa realidade exige-nos a ocupação, com densidade, das mídias sociais, do trabalho técnico especializado/burocracia institucional, do sindicalismo e dos partidos políticos para renová-los como espaços que organizam e amplificam as ações coletivas conscientes das classes subalternas, sobretudo em meio a pandemia sanitária.

De acordo com Gramsci, a crise que se instaura, na luta entre as classes por hegemonia, desestabiliza os grupos dominantes que não conseguem mais exercer o consenso frente à insatisfação crescente dos grupos dominados. Esse impasse nem sempre promove um momento catártico propulsor de atitudes revolucionárias. Conforme demonstra-nos a história: em muitas crises, os grupos dominantes recorrem à coerção, adotando modelos tirânicos ou totalitários como reação à mobilização política das classes dominadas a fim de continuarem no poder, mantendo o consenso político pelo uso exclusivo da força. Inferimos que foi esse o resultado brasileiro após a intensificação dos tensionamentos que emergiram do ciclo de protestos decorrente de 2013.

A atual deterioração político-cultural da sociedade civil brasileira: aproximações gramscianas

Os protestos são apenas uma das consequências de um período de crise orgânica: quando há a perda de hegemonia do bloco no poder e se abrem brechas para a construção de uma nova. Conforme nossa análise, no Brasil, apesar dos esforços dos coletivos populares, foram a burguesia transnacional, os velhos oligarcas, o baixo clero político neoconservador, os fundamentalistas neopentecostais e os oficiais militares da reserva quem se aproveitaram dessa conjuntura.

O mar de passionalidade acrítica que nos afoga esvazia a noção democrática e dilapida a soberania nacional, sendo escamoteado nos recortes jornalísticos dos veículos de imprensa tradicional burguesa (maior aparelho privado de hegemonia) responsável por amplificar a polarização virulenta em prol da destruição recíproca dos grupos em conflito. Tal partidarismo midiático explorou à exaustão os contrastes governantes e governados para enaltecer “o mal menor” como alternativa providencial

(nos moldes carismáticos) porque seria capaz de neutralizá-lo após a vitória eleitoral em 2018, o que não aconteceu.

Ao longo do ciclo de protestos (2013-2017), a “grande mídia” brasileira (capitaneada pelos Grupos Globo) distorceu e teve papel fundamental no aproveitamento das forças populares liberadas, reconduzindo suas pautas e mobilizando a classe média a fim de dar retaguarda legitimadora à hegemonia da burguesia nacional e dos neoconservadores ao dispersar “os desacordos, numa poeira individual e desorganizada” (GRAMSCI, 2016). Razão pela qual as classes subalternas disputam narrativas através do uso das ferramentas acessadas nas redes sociais e em outras ações midialivristas⁸.

A atual presença ativa, nos aparelhos da sociedade civil e na sociedade política, dos grupos⁹ neoconservadores/neocoloniais obscurantistas faz predominar o “homem ativo de massas”, no sentido da mera atuação pragmática sem “clara consciência teórica desta ação”, nas palavras de Gramsci (1999, p. 103):

Pode ocorrer, aliás, que sua consciência teórica [do homem ativo de massas] esteja historicamente em contradição com o seu agir. É quase possível dizer que ele tem duas consciências teóricas (ou uma consciência contraditória): uma, implícita na sua ação, e que realmente o une a todos os seus colaboradores na transformação prática da realidade; e outra, superficialmente explícita ou verbal, que ele herdou do passado e acolheu sem crítica. Todavia, esta concepção “verbal” não é inconsequente: ela liga a um grupo social determinado, influi sobre a conduta moral, sobre a direção da vontade, de uma maneira mais ou menos intensa, que pode até mesmo atingir um ponto no qual a contraditoriedade da consciência não permita nenhuma ação, nenhuma escolha e produza um estado de passividade moral e política.

A “paixão” que emanada desse tipo de ação, pode corresponder aquilo que o autor descreveu como a substância de uma “personalidade humana’ determinada historicamente” numa certa sociedade hierárquica e economicista que se esforça continuamente “[...] para que uma determinada relação não mude desfavoravelmente,

⁸ Midialivrismo de massa (desconcentração da propriedade dos meios de comunicação) está associado ao ciberativismo (luta por acesso e compartilhamento gratuito de produtos culturais e da internet): “[...] cooperação na produção social de conteúdos midiáticos deve ser regida por uma estrutura decisória coletiva da sociedade civil e por um direito de autor que permita que os conteúdos circulem livremente pela sociedade e, não apenas, se tornem máquina arrecadadora de patentes” (MALINI; ANTOUN, 2013, p. 22).

⁹ Com base nas notas sobre Benedetto Croce, Gramsci (1999, pp. 420-1) afirma que esse tipo de grupo comporta-se como grupelhos, formando tipos específicos de movimentos de cultura que existem para renovar as velhas formas políticas que elevam os interesses imediatos e regionais como pautas nacionais através de movimentos políticos que se afirmam “não dogmáticos”. O problema brasileiro consiste que o atual “líder nacional” desses grupos longe está da estatura intelectual que tinha Croce.

ainda que o desfavor seja ‘utilidade geral’, liberdade geral [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 419).

Os protestos neoconservadores capitalizam a desinformação, a despolitização e também o sentimento de “sucesso individual”, estimulando o apoliticismo. O fato de, individualmente, o brasileiro se sentir parte de uma “elite privilegiada” cujo sucesso é particularizado no esforço individual e/ou familiar não é diretamente proporcional ao usufruto de privilégios exclusivistas existentes e partilhados pelos grupos economicamente hegemônicos que defendem de maneira coordenada uma série de situações sociais fictícias que reduz o debate à “pequena política”¹⁰, atropelando “o impulso à renovação” (GRAMSCI, 2001, pp. 427-8).

A eficiência da ascensão da “pequena política” à brasileira é reforçada, hoje, pela falta de uma situação internacional favorável à expansão progressista e humanista da política, estimulando a percepção idealizada e/ou satanizada do Estado, geralmente interpretada e divulgada abstratamente pelos intelectuais profissionais. Esses fatos rivalizam com a concepção de “indivíduo novo” que parecia em gestação no processo macropolítico aberto pelos coletivos populares na primeira fase dos protestos de junho/13.

O trabalho que capilarizava - com dificuldades, certo “progresso filosófico”/crítico nas massas, mesmo através das pautas corporativas dos coletivos populares – restringiu-se ao campo da reação política contra o neoconservadorismo e o obscurantismo. Reação que também é compósita e que assume diferentes frentes em busca de sobrevivência no meio da atual pandemia sanitária, ações nem sempre cooperativas devido às dissonâncias internas nos coletivos populares. Aqui reside nosso maior desafio de trabalho se pretendemos instaurar um processo molecular de revolução intelectual e moral.

Na luta entre narrativas, o esforço dos coletivos populares esbarra na potência ativa, na sociedade civil, dos grupos neoconservadores dedicados ao revisionismo calcado em deturpações do liberalismo-democrático, do funcionalismo, do socialismo, das ciências modernas no geral. Instituem e vocalizam midiaticamente teses moralistas fundamentalistas calcadas em critérios de seleção num tipo de [“eugenia à](#)

¹⁰ “ [...] questões parciais e cotidianas que se apresentam no interior de uma estrutura já estabelecida em decorrência de lutas pela predominância entre as diversas frações de uma mesma classe política [...] é coisa de diletantes pôr as questões de modo tal que cada elemento de pequena política deva necessariamente tornar-se questão de grande política, de reorganização radical do Estado” (GRAMSCI, 2016, pp. 21-2).

[brasileira](#)". Esta afirmação é retratada por [diferentes matérias jornalísticas de 2020](#) que elencam as ações que a concretizam e a quantificam, seja através do número de óbitos por SARS-COV-2, seja no desvio e superfaturamento da compra de equipamentos e insumos médico-hospitalares ou no estabelecimento de critérios supostamente ético-científicos para decidir com respaldo legal sobre o acesso aos tratamentos e sobre o tipo de protocolo a ser preconizado (ex: uso da hidroxicloroquina; exclusão dos leitos UTI de idosos com agravos, dentre outras bizarrices humanas).

Na esteira de Gramsci, para organizar a ação coletiva popular é imperativo a crítica ao senso comum das massas que conforma nossa personalidade compósita. O processo de lutas também implica a crítica individual sobre a própria concepção de mundo. Trabalhar realisticamente sob essa constatação implica em desarmar as atitudes que deixaram de promover o pensamento crítico para proliferar: i) conteúdos de veracidade questionável (*fake news*) em diferentes redes sociais que foram usadas como máquina de campanha e de destruição de reputações; ii) ataques militares e violência policial de toda ordem que torna realidade estatística o genocídio da população negra; iii) alteração em leis ambientais e planos diretores para proteger sonegadores/financiadores de campanhas e atacar/dizimar os povos originários; iv) o exercício dinástico da representação político-partidária legislativa, rompendo com a ideia de que "todos os políticos são iguais" e sempre repetirão as ações dos antecessores, geralmente seus pais, tios, avós, padrinhos; v) a deturpação do passado em apologia nostálgica (ex: Ditadura Militar e regência imperial); vi) generalizações de culpa ao PT através de teorias conspiratórias, gerando retóricas beligerantes de todos os tipos para enfrentar o avanço de comunistas; vii) despolitização interna ao próprio governo que devora o Estado e outras instituições lentamente a partir de dentro através de seus quadros profissionais (ex: Ministério da Saúde gerenciado por militares sem conhecimento epidemiológico para enfrentar a pandemia etc.); viii) o descrédito na gestão pública em todas as esferas de governos e o ceticismo na luta político-partidária compreendida como disputas entre elites; ix) a violação sistemática de direitos civis e sociais básicos que agravam as mortes e as discriminações de gênero e de raça.

Concordamos com Semeraro (2015, pp. 09-10) que afirma existir no Brasil um tipo de cesarismo, pavimentado e acelerado pela dinâmica dos governos de coalizão

nos quais parlamentares têm compromisso “com um poder autocrático e antidemocrático que passa por cima da vontade dos eleitores, manipula o Congresso e as instituições públicas, esvazia a democracia e subjuga a soberania nacional”. Sob as classes subalternas e suas lutas resta a repressão mediante o uso do aparelho policial, da patrulha ideológica da mídia, da seletividade parlamentar e jurídica sensíveis aos lobbies rentáveis.

Diferentes camadas de classes internalizaram o preceito de indivíduo meritocrático e empreendedor, agem de modo narcotizado para “inovar sem desestabilizar”, associando “inovação” à “ordem”, ao “pacifismo apolítico” e às mudanças conjunturais tópicas que em nada alteram os privilégios elitistas fundamentais que seguem nos subjugando cultural, política e economicamente. A pandemia sanitária ajudou a desnudar e mensurar a mentalidade conservadora e higienista do brasileiro médio que, em geral, resiste aos ensinamentos de todas os níveis, por que não resistiria às orientações epidemiológicas?

Vivenciamos um processo de “deterioração cultural”, conforme qualificou Gramsci ao debater o lorianismo, que não ocorre espontaneamente e ao acaso. Em 2018, ocorreu a ascensão “dos mais ridículos fantasistas, que em seus esconderijos de gênios incompreendidos [...] precipitam-se sobre todo movimento novo, convencidos de poder vender suas tolices” (GRAMSCI, 1999, p. 267). É fato que o ativista neoconservador tem fins claros: aproveitar o momento de “coletividade caótica” para sobre ele ascender uma aparente “super-vanguarda” considerada naturalmente apta, idônea e pura ídeo-politicamente.

No Brasil, os grupos que operavam ocultamente no seio dos aparelhos estatais, agora, agem abertamente e sem pudores para a recomposição de programas beligerantes. O processo de desgaste político foi acelerado porque os interesses das elites encontraram-se com a “vontade ativa” do judiciário brasileiro que legaliza, tolera, ou adia decisões sobre suas próprias ações duvidosas. Conforme, descreveu Gramsci (2016, p. 61): “faz talvez sacrifícios, expõem-se a um futuro obscuro com promessas demagógicas, mas mantém o poder, reforça-o momentaneamente e dele se serve para esmagar o adversário e desbaratar seus dirigentes”.

Pelo exposto, insistimos e persistimos na educação popular para capilarizar ações críticas e estimular processos de politização das massas, ultrapassando a moda do engajamento online típica de reações imediatas e imediatistas. Reforçamos

que o Estado envolve, mas ultrapassa, o aparelho de governo ao abranger os aparelhos privados de hegemonia/sociedade civil. Nela, é imprescindível que as ações coletivas populares também extrapolem o momento dos protestos e dos confrontos reativos de modo a mantê-los como parte legítima dos esforços sistemáticos existentes em diversas associações para ter nelas retaguarda unificada a serem mobilizadas nos períodos de confrontos/lutas. Se polêmicas e cisões existem, é necessário não ter medo de enfrentá-las e superá-las porque, numa existência contraditória, elas “são inevitáveis [...] e evitá-las significa somente adiá-las para quando já forem perigosas ou mesmo catastróficas [...]” (GRAMSCI, 1999, p. 232).

Não basta criticarmos o sistema vigente, é preciso encontrarmos formas concretas de agir para transformar a sociedade. A crítica aos conformismos sedimentados nas instâncias político-representativas - das quais participamos (passiva ou ativamente) e nas quais adquirimos e exercitamos um “aprendizado sensorial” sobre a política - exige-nos que constatemos nossa condição de “homens-massa”. A externalização dos conflitos a partir dos protestos de junho/13 provocaram os sujeitos coletivos populares a se reposicionarem na sociedade civil brasileira no sentido de experimentar novas maneiras de engajamento e ação para a articulação ético-política de suas energias caoticamente liberadas. Nelas residem as forças questionadoras das “velhas ideologias” que seguem clamando e trabalhando ativa e molecularmente em diferentes frentes e repertórios organizativos para que o exercício democrático salve vidas e não se restrinja ao processo eleitoral, deixando de ser esporte de poucos ou privilégio e concessão hereditária.

Referências

ALONSO, A.. A política das ruas: protestos em São Paulo de Dilma a Temer. **Rev. Novos Estudos (ed. Especial)**. São Paulo: CEBRAP, 2017, pp. 49-58. Disponível:

<<

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4889251/mod_resource/content/2/Ana%CC%81lise%20Documental_Angela%20Alonso.pdf >> Acesso em 26/06/2020.

ALZAMORA, G. C.; RODRIGUÉS, T. K.. FORA REDE GLOBO: a representação televisiva das Jornadas de Junho em conexões intermídia. **Revista ECOPos -**

Dossiê Comunicação e Conflitos Políticos 01, v. 17. 2014, pp. 01-12. Disponível em << <http://www.pos.eco.ufrj.br/site/> >> Acesso em 07/05/2015.

COUTINHO, C. N. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere Vol. 03**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016. Trad.C. N. Coutinho.

_____. Estado e Sociedade Civil. COUTINHO, C. N. (Org.) **O leitor de Gramsci**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, pp. 267-285.

_____. **Cadernos do Cárcere Vol. 02**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2000. Trad.C. N. Coutinho.

_____. **Cadernos do cárcere. Caderno Vol. 01**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999. Trad.C. N. Coutinho.

JESUS, C. S d.. O Serviço Social e as ações sócio-educativas com famílias: um estudo sobre as publicações dos assistentes sociais. **Dissertação de Mestrado em Serviço Social**. Florianópolis: UFSC/CSE/PGSS, 2005.

LIMA, T. C. S. de. Protestos brasileiros no ciclo 2013-2015: uma análise gramsciana das ações coletivas populares. **Tese de Doutorado em Serviço Social**. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC: UFSC, 2017.

MALINI, F.; ANTOUN, H.. **@internet e #RUA: ciberativismo e mobilização nas redes sociais**. Porto Alegre: Sulina, 2013.

MANSO, B. P.. O Jornalista. SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W.
M@SCAR@DOS: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014, pp. 139-188.

NOVAES, W.. Os manifestantes. SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W.
M@SCAR@DOS: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São Paulo: Geração Editorial, 2014, pp. 189-258.

SEMERARO, G. **Relendo algumas notas de Gramsci: contribuições para pensar a crise política no Brasil**. Site INTERNACIONAL GRAMSCI SOCIETY/BRASIL, 2015 disponível em: << <http://www.igsbrasil.org/biblioteca/artigos/index.php?id=1> >> Acesso 20/01/2016.

_____. **Gramsci e os novos embates da Filosofia da Práxis**. São Paulo: Ideias & Letras, 2006.

_____. **Cultura e Educação para a Democracia: Gramsci e a sociedade civil**. Petrópolis: Vozes, 1999.

SOLANO, E. A PESQUISADORA. SOLANO, E.; MANSO, B. P.; NOVAES, W.
M@scAr@dos: a verdadeira história dos adeptos da tática Black Bloc. São
Paulo: Geração Editorial, 2014, pp. 13-138.